

## EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (OU A FAVOR DA DISTÂNCIA?)

Rosana Maria Ribeiro Borges<sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho propõe discutir os avanços e retrocessos da educação à Educação à Distância : uma análise que envolve a cooperação tanto da sociedade civil quanto dos órgãos governamentais.

**Palavras chave:** educação à distância, tendência tecnológicas, modelos de educação.

### ABSTRACT

This work purposes to discuss the distance education advances and retrocession : an analysis which involves the cooperation of the citizen society and of the governmental agencies.

**Keywords:** distance education; technology tendencies, education patterns.

No Brasil a educação a distância tem sido assumida como um compromisso nacional dentro do Plano Decenal de Educação para

Todos, envolvendo a infra-estrutura do Estado e a cooperação da sociedade civil através de parcerias entre o setor produtivo, as instituições especializadas e os órgãos governamentais (Governo do Brasil, 1996, p. 11). Dentro deste projeto, existem diversas macrotendências que convergem modelos de educação presencial e a distância, com o uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação, buscando a consolidação de um sistema de educação a distância que venha atender às demandas criadas pelo mercado de trabalho em tempos de globalização.

Desta forma, a educação a distância aparece cada vez mais como um elemento essencial nos sistemas educativos, a ser utilizada não apenas para atender a demandas de grupos específicos, como também para preencher a demanda da educação pós-secundária da população adulta, incluindo o ensino superior e toda formação contínua gerada pelas necessidades do mercado de trabalho.

Nesta ótica, a educação a distância é vista como um instrumento de democracia e emancipação, pois a educação deixa os muros escolares para se tornar uma “educação para a vida”, integrada tanto aos locais de trabalho, quanto às expectativas e necessidades dos indivíduos, num processo que é mediatizado pela incorporação de “novas” tecnologias de informação e comunicação ao discurso pedagógico.

Entretanto quando o debate a respeito da emergência da educação a distância nos dias atuais é aprofundado, suas nuances são

desnudadas, fazendo aflorar os interesses corporativos e as demandas econômicas que têm movido a maioria dos programas desta área, em detrimento dos interesses da própria população, que, na maioria dos cursos de educação a distância, não tem sequer direito à voz, sendo condenada a “dialogar” consigo mesma ou com fontes virtuais de informações.

Além disso, a maioria dos programas de educação a distância está buscando sua consolidação em práticas excludentes e anti-dialógicas, pois estão imersos em uma conjuntura maior, cujas prioridades centram-se na formação de recursos humanos adaptados à dinâmica do mercado de trabalho e na utilização de meios tecnológicos, em detrimento das mediações existentes no processo de ensino-aprendizagem, de modo que as tendências da área educacional, incluindo os modelos de educação a distância, têm cumprido a pauta da agenda neoliberal, acompanhando as mudanças ocasionadas pela reestruturação produtiva em curso no país.

### **A reestruturação da educação**

Nos dias atuais, a educação começa a ser redefinida, ampliando seu caráter mercantil que pode ser comercializado de diferentes maneiras, pois para que se estabeleça um dos pilares do sistema neoliberal, a competitividade, são necessárias tanto uma base produtiva interna, quanto uma força de trabalho adaptada às tendências do mercado

internacional, apoiado no uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação. Tal perspectiva atende principalmente a dois processos distintos, sendo eles os problemas gerados pela desigualdade e pela exclusão social e econômica, agravados com o avanço do neoliberalismo no mundo, e a necessidade de formação de recursos humanos para atender às exigências do mercado capitalista (Lopes, 1993, p. 41). Assim, o neoliberalismo tem imputado novos papéis à educação, que passa a representar um caminho mais curto à ascensão social, devendo, para tanto, adaptar-se à realidade econômica, ao mesmo tempo em que deve adequar as pessoas à dinâmica do mercado de trabalho. Para tanto, a educação, em especial a pública, deve funcionar de acordo com a lógica produtiva do mercado, de modo que as necessidades das escolas passariam a ser as necessidades das empresas, levando-se em conta as especificações e exigências do capital e não as necessidades e interesses da maioria da população (Silva, 1993, p. 23). Visando a uma melhor adequação dos sistemas educacionais às necessidades produtivas, a educação passa a ser sustentada através da racionalidade empresarial que envolve o tripé qualidade, eficiência e equidade. Sem aumentar os investimentos orçamentários e humanos na área educacional, o Governo Federal indica que os educadores brasileiros estão diante destes três grandes desafios: investir na qualidade das escolas, combinando conteúdos,

métodos e meios capazes de desenvolver competências cognitivas e sociais nos estudantes, traçando um perfil de desempenho desejado ao mercado de trabalho; investir na eficiência, através da racionalidade e da otimização de recursos humanos, materiais e financeiros, bem como no aproveitamento do tempo pedagógico e na construção de parcerias com a iniciativa privada; e investir na equidade, novo conceito apresentado em substituição à universalização do ensino, que se embasa na pretensão da criação de um patamar básico de escolaridade à população, amparado na autonomia da escola (Governo do Brasil, 1996, p. 5-6).

Neste sentido, a educação tem sido alvo de críticas, muitas vezes superficiais e fragmentadas, com o intuito implícito de procurar justificativas para a implementação das políticas educacionais que acompanham as indicações do Banco Mundial, um dos principais atores envolvidos no processo de consolidação do neoliberalismo.

Em geral, tais críticas referem-se a um sistema educacional desfuncional, que além de não preparar as pessoas para o mercado de trabalho, conta com um quadro de professores desqualificado, utilizando métodos ultrapassados, com uma educação pública de qualidade duvidosa e alta seletividade dos estudantes a partir do ensino médio, apresentando ainda problemas históricos não resolvidos, como a repetência e a evasão (Lopes, 1993, p. 47).

Na visão neoliberal, por estar distanciados da

realidade do mercado de trabalho, os sistemas escolares públicos hoje enfrentam uma crise de eficiência, eficácia e produtividade, e não uma crise de quantidade, universalização e extensão.

Assim, o neoliberalismo aponta como indicativo que as reformas educacionais necessárias são, fundamentalmente, reformas gerenciais, tendo em vista que, na visão neoliberal, o que está em falta não são escolas, e sim escolas adequadas às demandas produtivas, da mesma forma que não faltam recursos orçamentários e humanos para a educação, e sim melhor distribuição desses (Gentili, 1998, p. 18).

Na perspectiva neoliberal de pensar a educação, questões políticas e sociais são transformadas em questões individuais e técnicas que envolvem eficácia e eficiência gerencial e administrativa de recursos humanos e materiais, de modo que ineficiente não é o sistema capitalista excludente que aumenta as disparidades econômicas e sociais existentes, e sim a gestão pública, diante da incapacidade do Estado em gerenciar as políticas sociais, incluindo a educação.

Na verdade, o que pretende o neoliberalismo é a transferência da educação da esfera política para a esfera privada do mercado, reduzindo-a à condição de propriedade e retirando-lhe seu caráter de direito.

O neoliberalismo privatiza tudo, inclusive também o êxito e o fracasso social. Ambos passam a ser considerados variáveis dependentes de um conjunto

de opções individuais através das quais as pessoas jogam dia a dia seu destino [...] É preciso competir, e uma sociedade moderna é aquela na qual só os melhores triunfam. (Gentili, 1998, p. 22)

### **O caráter “bancário” do atual modelo de educação a distância**

Em tempos de globalização, mais do que nunca a educação tem sido tratada no sentido “bancário” destacado por Paulo Freire (1987), pouco ultrapassando a dimensão de formação de recursos humanos para o mercado de trabalho. Nesta bizarra trama, não interessa a formação de cidadãos, e sim de indivíduos não participativos e isolados em seus problemas, que passam a ter origem e desenvolvimento na esfera individual, e não social. Assim, o indivíduo passa a ser o único responsável por seu sucesso ou fracasso, independentemente da realidade e das condições de vida, trabalho e estudo às quais está inserido.

Neste cenário, a educação a distância tem emergido com rapidez, sendo considerada uma modalidade de ensino capaz de suprir, a um baixo custo, o déficit educacional dos países, o que aparentemente garantiria a ascensão socioeconômica das pessoas que embarcam nos cursos de educação a distância existentes. Além disso, a educação a distância teria o poder de suprir a “deficiência” da escola e dos métodos de ensino e aprendizagem, que estão “ultrapassados” diante do pretense poder da parafernália tecnológica presente no mundo

atual. Para o Governo Federal,

a revolução provocada pela popularização das aplicações tecnológicas da teoria da informação, em todas as esferas da vida humana, trouxe consigo a rápida obsolescência dos processos tradicionais, especialmente o da relação ensino-aprendizagem. Exemplos diversos de treinamentos e mesmo de cursos a distância, contendo os elementos de planejamento, verificação gradual e avaliação final, nos mais diversos setores, com base na teoria de sistemas, indicam para uma nova relação educativa, definida pelo relacionamento entre usuário e fonte de informação. (Governo do Brasil, 1996, p. 7)

Estando diante de dificuldades seculares para oferecer educação à população, os países começam a investir em aprendizagem independente como meio de garantir competitividade, imprimindo a marca do ensino individualizado, sem a participação ativa do estudante junto ao grupo, como se essa fosse a saída mais fácil para suprir o déficit educacional.

Isso porque, até uma época recente, o caráter social e comunitário da educação era reputado como uma condição natural, inerente a ela mesma, como um valor. A escola existia por uma razão pragmática, pela necessidade de atender simultaneamente a uma quantidade de educandos num mesmo espaço físico (Kaplún, 1998, p. 2).

Entretanto, na atualidade, a educação a distância melhor atende às necessidades pragmáticas neoliberais, pois se apresenta como uma forma de ensino mais barata,



atendendo a um grande número de alunos por um custo relativamente baixo, tendo em vista inclusive a economia que se faz diante da não-necessidade de ocupação e manutenção de prédios, como também diante do número reduzido de pessoal (professores e técnico-administrativos) para manter os sistemas em funcionamento.

### **A educação a distância no Brasil: um álibi do projeto neoliberal**

Com a formação humana deslocada do campo social e político para o campo econômico, a educação a distância aparece como um verdadeiro álibi da ação do projeto neoliberal, representando uma adaptação do sistema educacional ao mercado de trabalho, ao apresentar-se “como um conjunto fragmentado de segmentos específicos de um mercado global de aprendentes-consumidores” (Belloni, 1998, p. 4).

Em linhas gerais, podemos caracterizar a educação a distância como uma modalidade de ensino baseada no controle por regras técnicas em detrimento das normas sociais, com pouco ou nenhum conhecimento das necessidades dos estudantes, guiando-se por orientações diretivas que visam a atingir os objetivos vislumbrados pela eficiência, relegando a segundo plano a interação pessoal. Além disso, também fazem parte dos programas desta área a utilização de materiais padronizados com produção centralizada, a maior autonomia do estudante baseada na auto-aprendizagem, a

descontinuidade espacial entre aluno e professor, a comunicação diferida no tempo e a pretensa flexibilização de currículos, avaliações e horários.

O conceito que a Secretaria de Educação a Distância (Sead/MEC) adota para esta modalidade de ensino é um reflexo de algumas das pontuações acima mencionadas, o que demonstra a afinidade existente entre o Governo do Brasil com as políticas neoliberais no campo educacional. Para a Sead/MEC, educação a distância é

o conjunto de facilidades, sistematicamente organizadas, oferecidas a todo o tipo de usuário, que utiliza todo o tipo de meio adequado, com o propósito de intermediar a aquisição de conhecimento ou determinada habilidade, sem que para isso haja necessidade de interação presencial. (Governo do Brasil, 1996, p. 8)

Além disso, a Sead/MEC afirma que seu objetivo maior é o de “zelar pela qualidade, eficiência e equidade da educação” (Governo do Brasil, 1996, p. 7), que, como vimos anteriormente, são os eixos centrais do tripé sustentado pelo neoliberalismo para justificar a racionalidade empresarial que passa a mover os sistemas de ensino.

Entretanto, o próprio Secretário de Educação a Distância contradiz o princípio eqüitativo defendido pela Secretaria que dirige, ao afirmar que grande parte dos esforços do Governo Federal têm se voltado para a aquisição e a instalação de equipamentos tecnológicos, partindo prioritariamente de regiões mais “avançadas”, que apresentam

menores chances de fracasso dos programas, mesmo que isso implique em um agravamento das diferenças sociais entre as regiões. São palavras do próprio Secretário:

Estamos sendo forçados a exacerbar as diferenças sociais, ao invés de reduzi-las [...]. Ter-se-ia que optar por outras ações, como construir telhados em escolas situadas em regiões remotas, equipá-las com carteiras, quadros-negros, luz elétrica, banheiros e tantas outras coisas [...] Já que não podemos resolver todos os problemas, temos que fazer um esforço para que muitas ações sejam empreendidas concomitantemente, se bem que parcialmente. Não podemos ficar à margem da era da informação, da economia globalizada (Poppovic, 1996, p. 6-8).

### **Desenvolvimento tecnológico e educação a distância: uma parceria conflituosa**

A relação que hoje se estabelece entre o desenvolvimento tecnológico e a educação é uma relação conflituosa, pois ao mesmo tempo em que as tecnologias representam um avanço na construção do conhecimento e da racionalidade instrumental, também representam um retrocesso, pois contribuem para o aprofundamento das desigualdades sociais, desmascarando o princípio equitativo “priorizado” e “defendido” pelo próprio neoliberalismo.

À medida em que avançam os processos informatizados e não avança na mesma proporção a igualdade de oportunidades de acesso à informação, torna-se cada vez mais aguda a divisão entre os que possuem e os que não possuem a

informação. Se tomarmos, para exemplificação, o campo da educação, constatamos que enquanto alguns dispõem de Bancos de Dados sofisticados que lhes possibilitam ascender ao conhecimento produzido a nível mundial em curto espaço de tempo, a maioria dos brasileiros não conseguiu completar o 1º Grau, o que significa privação de um saber socialmente produzido, e outros (aproximadamente 30 milhões) nem sequer pôde se alfabetizar. (Mata, 1992, p. 20)

Da mesma forma com que o discurso da equidade é desmontado pelas ações no campo da educação a distância, o da flexibilidade também o é, visto que esta tem ocorrido somente em relação ao espaço, no qual, aparentemente, o estudante pode organizar seu horário de estudo como, onde e quando lhe convier. Já em relação ao tempo, principalmente quando se trata do cumprimento de prazos e de avaliações, os programas geralmente têm sido muito mais rígidos do que no ensino presencial. Além disso, ocorre uma verdadeira tentativa de homogeneização do conhecimento, visto que milhares de estudantes são avaliados da mesma maneira, desconsiderando-se tanto o processo de aprendizagem, ao valorizar-se somente os resultados das avaliações, quanto as características socioculturais do ambiente em que estão inseridos.

Outro ponto de estrangulamento presente nos programas de educação a distância refere-se à aparente mediatização da interação pedagógica entre professor e aluno pelas tecnologias, visto que tem ocorrido um deslocamento do conceito de interação do

plano sociológico para o plano técnico. No primeiro, pressupõe-se que a interação seja uma ação recíproca entre sujeitos, que pode ocorrer diretamente (face a face) ou indiretamente (mediada por algum recurso tecnológico). Já no plano técnico, a interação refere-se às potencialidades oferecidas pelas tecnologias, através de consultas a seus meios, ou seja, através da ação humana sobre a máquina.

Na prática, a tecnização da concepção de mediatização tem-se constituído basicamente em uma substituição do professor e do grupo por materiais pedagógicos e suportes tecnológicos. Onde deveria encontrar canais de comunicação, o estudante tem encontrado nos cursos de educação a distância verdadeiras formas de incomunicação, o que se constitui em um grande problema aos programas desta área, visto que o sucesso da aprendizagem autônoma depende da motivação do estudante, fator difícil de ocorrer quando ele está isolado dos outros estudantes, dos professores e da instituição de ensino à qual pertence.

Além disso, o professor também é prejudicado com a falta de interação, pois ao desconhecer as necessidades dos estudantes e ao não dispor de canais de comunicação com os mesmos, se vê envolto em uma prática pedagógica “manca”, repleta de incompletudes e ineficiências.

Mas essas não são as únicas contradições que encontramos entre o discurso neoliberal na área da educação a distância e as diferentes realidades que se derivam de suas

ações. Talvez o ponto mais crucial deste debate refira-se à auto-aprendizagem, ou aprendizagem autônoma, caracterizada através dos processos de ensino centrados no estudante, levando-se em conta suas experiências pessoais, nos quais o professor passa a ser um recurso, entre tantos outros disponíveis, tecnológicos ou não, do estudante autônomo e gestor de sua própria aprendizagem (Belloni, 1998, p. 6).

Na atualidade, a aprendizagem autônoma tende a ser considerada como uma fonte de equidade de oportunidades de participação e ascensão social, o que é uma falácia, pois, ao compreendermos o projeto neoliberal em sua totalidade, veremos que ele se apóia em práticas excludentes e antidemocráticas, cuja prioridade maior é a estabilidade monetária, e não a estabilidade da vida humana.

A aprendizagem autônoma está aí para manter a aparência de oportunidade, eludindo a visão de que no mercado de educação e treinamento são aqueles com maior capital em termos de experiência prévia de aprendizagem que serão os maiores e mais prováveis compradores. (Edwards apud Belloni, 1998, p. 4).

São diversos os autores que têm alertado para os riscos dos sistemas de educação a distância fazem da que, na aprendizagem autônoma seu principal pilar, tendo em vista que o êxito do aluno passa a depender basicamente de suas motivações pessoais. Segundo eles, “este modelo de aprendizagem é apropriado a adultos com maturidade e motivação necessárias à auto-aprendizagem

e possuindo um mínimo de habilidades de estudo” (Trindade et al. apud Belloni, 1998, p. 8), o que certamente não é o caso da ampla maioria da população brasileira.

A individualização das ações humanas, que tem deslocado a inserção e a ascensão das pessoas do plano social para o plano individual, fetichizando a dinâmica da sociedade como se ela dependesse unicamente de ações privadas, traz também assustadores reflexos ao campo educacional. As pessoas passam a ser responsáveis por sua formação, caracterizada como uma formação *à la carte*, escolhida conforme o *menu* oferecido pelo mercado de trabalho (Belloni, 1998, p. 5).

Além disso, quando se impõe ao estudante assumir a responsabilidade por sua própria formação, a prática pedagógica que se estabelece passa a ser mediada não por outras pessoas, mas por apostilas e instrumentos tecnológicos que tendem a reproduzir metodologias apoiadas na simples narração ou dissertação de conteúdos, numa relação opressora, na qual os educandos assumem um papel de subserviência ante os programas, abstendo-se do direito de se assumirem como sujeitos cognoscentes, capazes de construir conhecimentos.

O fazer educativo como simples ato de transmissão de conhecimentos ou de extensão sistemática de um saber não pode formar indivíduos críticos, porque não se destina à prática de liberdade:

Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é

estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta [...]. Educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais, – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (Freire, 1977, p. 25. Grifos do autor)

Sendo assim, não basta apenas substituir mecanicamente uma forma de conhecimento por outra, sem que existam compromisso e diálogo com quem participa diretamente do processo de construção do conhecimento. A técnica pela técnica de nada adianta, pois a técnica sem projeto pedagógico não resolve nem ameniza os problemas educacionais, visto que ela é apenas um instrumento para se construir conhecimentos, a ser utilizado para atender às necessidades pedagógicas de acordo com uma determinada metodologia já estabelecida.

A desumanização do homem ocorre na medida em que a sociedade o individualiza (Freire, 1987, p. 30), pois a busca da cidadania envolve a comunicação, a participação, a reflexão e o diálogo, e não a individualização. Além disso, “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (Freire, 1987, p. 78). Quando os programas de educação a distância tiram a palavra e o grupo dos estudantes, estão retirando o próprio movimento educacional libertador que



estes poderiam ter.

Ninguém se conscientiza separadamente dos demais. A consciência se constitui como consciência do mundo. Se cada consciência tivesse o seu mundo, as consciências se desencontrariam em mundos diferentes e separados – seriam mônadas incomunicáveis. As consciências não se encontram no vazio de si mesmas, pois a consciência é sempre, radicalmente, consciência do mundo. Seu lugar de encontro necessário é o mundo, que, se não for originariamente comum, não permitirá mais a comunicação [...]. As consciências não são comunicantes porque se comunicam; mas comunicam-se porque são comunicantes. (Freire, 1987, p. 30)

### **A massificação e a individualização do ensino a distância: estrangulamento dos canais comunicativos**

Na medida em que o ensino vai se massificando, conforme as exigências neoliberais, existem cada vez menos espaços destinados à comunicação e ao intercâmbio entre os educandos, que passam a caracterizar-se como seres “tecnologicamente hipercomunicados e socialmente isolados” (Kaplún, 1998, p. 5). Longe do convívio grupal e dos demais indivíduos que são importantes mediadores no processo de construção do conhecimento, como os professores e os demais alunos, a educação a distância tem condenado o estudante à incomunicação, uma vez que sua possibilidade de diálogo é um “diálogo”

consigo mesmo, não tendo voz nem podendo ouvir as demais pessoas que poderiam apresentar contribuições ao processo de ensino-aprendizagem.

Na maioria dos sistemas de educação a distância, a comunicação que se estabelece obedece a uma única mão, caracterizando-se mais como comunicados e enunciados do que em canais comunicativos propriamente ditos, pois “o termo comunicação, em seu sentido lato, sugere a idéia de comunhão, de estabelecimento de um campo comum com as outras pessoas, de divisão de informações, idéias, de sentimentos” (Parra, 1975, p. 11).

Assim sendo, a comunicação é muito mais do que a utilização instrumental dos meios de comunicação e informação desenvolvidos pela humanidade, pois, como revela a própria constituição interna da palavra, pressupõe a existência de um movimento dialético entre sujeitos pensantes, pautado pela troca, pela participação e pela permanente construção, reconstrução e reelaboração dos objetos cognoscentes.

Entretanto, diversos programas de educação a distância que têm se apoiado nas tecnologias de informação e comunicação estão dando a essas um caráter de finalidade comunicativa, enquanto não passam de instrumentos para que se estabeleçam canais de comunicação entre seus participantes.

Ao refletir sobre as relações que envolvem os meios de comunicação e a sociedade, Martín-Barbero (1997) propõe um deslocamento das análises centradas nos “meios” para as “mediações” que envolvem o processo

comunicacional. No caso específico da educação a distância, acreditamos que o deslocamento necessário mover-se-ia dos meios tecnológicos, que na verdade são apenas instrumentos para o enriquecimento da relação pedagógico-comunicativa, para alcançar as mediações que envolvem tanto o processo educativo, quanto o sujeito, ressignificado como sujeito histórico e sujeito do conhecimento.

Quando o processo comunicativo é reduzido a mero instrumento midiático e tecnológico, o caráter pedagógico que o envolve é retirado. Para que ocorra a ampliação da dimensão comunicativa no processo educacional e da dimensão educacional no processo comunicativo, é necessário o rompimento com a visão meramente instrumental, que enxerga a relação entre Educação e Comunicação como um meio de promover recursos didáticos e tecnológicos aos modelos educacionais, sem que se garantam verdadeiramente a participação e o envolvimento das pessoas e dos grupos no processo pedagógico (Kaplún, 1998, p. 1-2).

Além disso, a visão meramente instrumental da relação entre Educação e Comunicação tem insistido em afirmar a existência de “novas tecnologias” aplicadas ao discurso pedagógico, principalmente quando se faz referência à incorporação dessas à área educacional (Barreto, 1999). Mas as “novas” tecnologias não são tão novas assim. A televisão, para citar apenas um exemplo, já é uma “senhora cinquentona”, enquanto o

videocassete é um “balzaquiano de cabelos grisalhos”. Mas se poderia dizer que a incorporação da televisão e do vídeo no cotidiano escolar é um processo recente. Sim e não. Sim, do ponto de vista da existência de políticas públicas direcionadas para esse fim e da presença materializada da televisão e do vídeo na escola. Não, da ótica de que a escola, há muito tempo, ignora a presença dos meios de comunicação em seu espaço, tendo em vista que estes, especialmente a televisão, invadem seus muros através de conversas informais de alunos, professores e funcionários, que levam a programação televisiva para dentro do ambiente escolar, ao discutir o capítulo do dia anterior da novela, o filme assistido ou o noticiário do telejornal. O termo “novas tecnologias” supõe a existência de velhas tecnologias, enquanto sabemos que a tecnologia da televisão, que há muitos anos tem ocupado um lugar de destaque em cerca de 80% dos domicílios brasileiros não é diferente da televisão que está na escola, que, por estar fisicamente no ambiente escolar, tem adquirido *status* de “nova”.

Acompanhando a adjetivação desnecessária das tecnologias de informação e comunicação, a educação, ideologicamente e propositadamente, também está sendo adjetivada; mas o ensino não necessita de adjetivos, porque ele sempre foi presencial. O ensino merecedor de adjetivos deveria ser o que não é presencial. Além disso, discursivamente, a palavra “presencial” induz à idéia de um ensino caquético, pois o adjetivo

é antipático. Em contrapartida, o ensino a distância é muito mais sonoro e simpático, o que contribui para a consolidação desta modalidade de ensino, uma vez que é o discurso que produz os sentidos atribuídos aos fatos, acontecimentos e ações (Barreto, 1999).

Desta forma, acreditamos que o tripé neoliberal para a educação realmente vem para garantir não a qualidade, a eficiência e a equidade do sistema educacional, a partir da igualdade de oportunidades e de uma prática educativa libertária, na qual a aprendizagem é fruto da participação de sujeitos cognoscentes diante da construção do conhecimento, e sim para garantir a qualidade necessária à racionalidade empresarial para o cumprimento das exigências do mercado capitalista.

Enquanto obedecer à lógica do capital, nem os modelos de educação a distância nem as tecnologias que são instrumento para tais modelos, contribuirão com a transformação social e com a humanização da sociedade, pois suas relações baseiam-se na lucratividade em detrimento da equidade.

A educação a distância, da forma como está sendo desenvolvida, exige uma mudança do sistema educacional de ensino centrado na escola (que, segundo análises neoliberais, não consegue mais acompanhar a dinâmica da sociedade global) para o ensino centrado no aluno, que passa a ser o responsável por sua formação.

Na nossa opinião, essa não é a melhor forma de se solucionar o problema do distanciamento existente entre a escola e o

mercado de trabalho, pois as mudanças na educação formal não trarão muitos avanços se as propostas pedagógicas que permeiam seus programas continuarem insistindo em ignorar a importância da participação do sujeito e do grupo em face do processo de construção do conhecimento. A tecnologia pela tecnologia certamente não suprirá as necessidades e as demandas de nossa complexa sociedade:

A tecnologia, como fundamentada atualmente, aumenta a disparidade econômica, a separação de classes e a distância social, ao invés da integração. (Será uma brincadeira cruel se a educação a distância tornar-se educação para a distância ao invés de a distância!) (Johnson, 1996, p. 101)

Além disso, o termo “educação a distância” não é muito claro. Afinal, educação seria a “distância” de que ou de quem?

## REFERÊNCIAS

- BARRETO, Raquel Goulart. A incorporação das novas tecnologias ao discurso pedagógico. In: MINICURSO GT EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO, REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 22. Caxambu, 1999. [Anotações de aula].
- BELLONI, Maria Luiza. Educação a distância: estado da arte. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 21, Caxambu. Anais...Caxambu: Anped, 1998.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- \_\_\_\_\_. *Extensão ou comunicação?* Trad. de Rosica Darcy de Oliveira, 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: *Escola S.A.* São Paulo: CNTE, 1998. p. 9-49.
- GOVERNO DO BRASIL. *Programa Nacional de Educação a Distância.* Brasília, 1996. [Digitado].
- JOHNSON, Henry C. Educação a Distância na América Latina: o desafio da criação de uma tecnologia da esperança. *Em Aberto*, n. 70, p.100-106, abr./jun. 1996.
- KAPLÚN, Mário. Processos educativos y canales de comunicación. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO, 1, 1998, São Paulo. Anais... São Paulo: ECA, 1998.USP. [CD Rom].
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Novos parâmetros para a reorganização da política social brasileira: relatório final.* Campinas: NEEP, Unicamp, 1993.
- MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.* Trad. de Ronald Polito, Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- MATA, Maria Lutgarda. Revolução Tecnológica e educação: perspectivas da educação a distância. *Tecnologia Educacional*, v. 21, p. 18-23, jan./fev. 1992.
- PARRA, Nélio, PARRA, Ivone Corrêa da Costa. *Técnicas Audiovisuais de Educação.* 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1975.
- POPPOVIC, Pedro Paulo. Educação a distância: problemas da incorporação de tecnologias educacionais modernas nos

países em desenvolvimento. *Em Aberto*, n. 70, p. 5-8, abr./jun. 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da. As novas tecnologias e as relações estruturais entre educação e produção. *Cadernos de Pesquisa*, n. 87, 1993. p. 20-30.

<sup>1\*</sup> Mestranda em Educação Brasileira da UFG.



## **ALFABETIZAÇÕES E ANALFABETISMOS: contradições visualizadas por A. Viñao Frago<sup>1</sup>**

Lenita Maria Junqueira Schultz\*\*

### **RESUMO**

Este artigo refere-se à mudança do foco dos estudos sobre o analfabetismo para o da alfabetização como processo, seus agentes, modos de atuação, aliados e adversários. Conduz à reflexão a respeito das sociedades basicamente orais e daquelas caracterizadas pela leitura e escrita e sobre os resultados negativos e positivos da passagem de uma para a outra. Estuda o papel da escola, neste contexto, segundo a visão de alguns autores, comparando suas posições com a tese proposta por A. Viñao Frago. Ressalta, ainda, as várias acepções dos termos alfabetização e analfabetismo, apontando suas imprecisões e ambigüidades.

**Palavras-chave** alfabetização, cultura oral, escola e sociedade.

### **ABSTRACT**